

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO II

FRANCISCO SANDE LEMOS

Durante 1989, e no primeiro semestre do corrente ano, o estado do património arqueológico português agravou-se de forma acentuada. Perante a indiferença generalizada dos poderes estatais e autárquicos (reveladora da profunda ignorância cultural e científica que entorpece as supostas elites políticas) e a anestesia da opinião pública, verificou-se no último ano um crescimento exponencial das destruições. Perdem-se assim, de forma irremediável, volumes preciosos de informação sobre o passado recente e longínquo das comunidades que habitaram o território nacional.

A investigação em arqueologia mantém-se apenas graças ao apoio das Universidades, e de diversos municípios, mais esclarecidos.

Mas a estrutura básica de defesa do património, a rede de Serviços de Arqueologia parece condenada à extinção, tendo sido muito afectada pela nova Lei Orgânica do Instituto Português do Património Cultural.

Na idade da informática parece escapar aos responsáveis o valor científico e informativo dos solos arqueológicos. Parecem não se aperceber dos inúmeros dados que um estrato encerra, sobre o quotidiano de antigas sociedades, sobre a sua estrutura sócio-económica, acerca do meio ambiente em que viveram. Não avaliam as extensas memórias que se encontram seladas sob as construções dos centros históricos, debaixo de igrejas e respectivos adros, ou nos castros conservados nos altos de cumeadas e que ainda não foram arrasados para se construir um novo e horrível santuário, instalar uma antena da Telecom, ou plantar os inevitáveis eucaliptos (ou espécies arbóreas nacionais condenadas a arderem logo que cresçam).

Esta larvar insensibilidade, esta natural incapacidade dos portugueses, para se civilizarem, para entender que a profundidade do tempo e a dimensão da história é algo que existe, parece um triste fado. Dir-se-ia que uma das aquisições fundamentais da Idade Contemporânea, o fim do conceito bíblico da criação, a ideia que o tempo é uma realidade complexa que pode ser conhecida através do estudo e da investigação, ainda não se difundiu entre a generalidade dos portugueses.

Já no século XIX o culto e requintado Fradique Mendes se queixava amargamente. A múmia egípcia apenas passou pela burocracia da Alfândega, graças à artimanha de ser pautada como arenque.

Aparentemente o nosso país pertence ao Conselho da Europa, em cujo fórum os responsáveis da área da Cultura se reúnem para planearem o incremento da arqueologia urbana, considerando a sua decisiva importância para a história das cidades europeias.

Entretanto na cidade de Braga prossegue a destruição dos vestígios de Bracara Augusta, como adiante se verá. O mesmo acontece em Lisboa, a crer nas notícias veiculadas pela comunicação social.

Mas não só no agitado mundo urbano acontecem destruições. Em Trás-os-Montes o eucalipto ameaça aniquilar inúmeros sítios, avançando maciça e velozmente nos últimos quatro anos.



BRAGA – RUA FRANCISCO SANCHES

Ao ser aberta no início dos anos 50 uma nova artéria da cidade de Braga, ligando a Rua do Souto ao Largo de S. João do Souto, demoliram-se muros dos quintais da Casa do Passadiço e fizeram-se terraplanagens, tendo surgido diversos elementos da antiga cidade romana, uma estela funerária, bases e fustes de colunas, capitéis, tijolos, cerâmicas. O Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha nas suas crónicas publicadas nos jornais locais, intituladas *Relíquias de Bracara Augusta*, registou este acontecimento. E assinalou com minúcia os achados ocorridos, enquanto lamentava o facto de as autoridades públicas permanecerem indiferentes à destruição dos vestígios de Bracara Augusta, processo que continuava, apesar dos seus protestos escritos em letra de imprensa.

148

Passados mais de 30 anos repete-se o enredo, em Julho de 1989, como nos péssimos "remakes" encenados em filmes de duvidoso gosto.

Em 1989 a Câmara Municipal de Braga decide fechar ao trânsito de automóveis a rua aberta nos anos 50 para facilitar o tráfego automóvel.

Nos dois casos sempre em nome do progresso e do crescimento da cidade.

No ano transacto antes de se proceder ao assentamento de um passeio empedrado abriram-se dois rasgos no subsolo, destinados, o mais largo e profundo a um colector, e o outro, mais estreito e superficial, a redes eléctricas e de telecomunicações, talvez.

Como consequência destas novas remoções de terra foram destruídos muros romanos e trazidos à superfície fustes de colunas, pedras aparelhadas, uma soleira de porta, abundantes fragmentos de tijolos, e de cerâmica comum. Estas obras, que não tiveram qualquer acompanhamento por parte de responsáveis de serviços de arqueologia, confirmaram os achados descritos pelo Cónego Arlindo e demonstraram que uma casa romana talvez uma *domos* de certa importância, existe no subsolo da rua Francisco Sanches, prolongando-se eventualmente para o Largo de S. João do Souto.



Colunas romanas achadas no Largo de S. João do Souto em Outubro de 1989

A estas valas sucederam-se, num ápice, novos rasgos, desta feita naquele Largo. De novo um cortejo de elementos arquitectónicos e materiais romanos surgiu, entre os montes de terra arrancados pelas máquinas. A estas novas valas veio acrescentar-se um enorme buraco que cortou uma bela sequência de estratos arqueológicos. No buraco foi instalada uma cabine subterrânea.

Apesar de tudo, deve-se admitir a possibilidade de ainda restar qualquer coisa do martirizado edifício romano que se estendia entre o Largo de S. João do Souto e a rua do Souto.

O que ficou será destruído daqui a mais alguns anos, quando se fizerem novas obras. Valas para instalar um cano, ou para reparar o esgoto ou para implantar outros candeeiros, redes de cabo para TV, irão de novo ferir a desgraçada casa romana, que jaz no subsolo.

Ou talvez o bom senso impere e o que resta do conjunto possa, um dia, ser estudado e preservado.

MAMOA DE DONAI

O distrito de Bragança corresponde a uma área periférica do chamado Megalitismo. Apesar de ser um território relativamente bem conhecido, graças aos antigos trabalhos e publicações de Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) ou de Albino Pereira Lopo, e a recentes projectos de prospecção e pesquisa iniciados na década de oitenta, o número total de monumentos inventariados não ultrapassa a escala das dezenas. Como se sabe em diversas montanhas do litoral noroeste contam-se, só em cada uma, várias dezenas de mamoa e antas, como por exemplo na Serra da Aboboreira, na Serra Amarela ou no Planalto de Castro Laboreiro.

A raridade de monumentos megalíticos no distrito de Bragança recomendaria pois um especial cuidado com a sua conservação, dado o seu valor científico, tanto mais que se inserem numa zona de periferia, numa área limítima, faixas que têm merecido a particular atenção da arqueologia nestes últimos anos.

Um dos monumentos mais citados do distrito, a par da Antas de Vilariño e de Zedes, era a Mamoa de Donai, descoberta no século passado, e parcialmente escavada em 1892 por Henrique Pinheiro, com o apoio de Martins Sarmiento e da Sociedade, que chegou mesmo a comprar o monumento, segundo parece.

Situada na faixa sul do planalto de Espinhosela, nos contrafortes meridionais da Serra de Montesinho, num pequeno vale de bons solos húmidos e espessos, a mamoa logrou sobreviver até 1989.

Em Janeiro desse ano o monumento, apesar de estar classificado como Imóvel de Interesse Público, e mal-grado o facto de se inserir no território do Parque Natural de Montesinho, foi totalmente destruído por um lavrador abastado, com o intuito, supõe-se, de arrancar à terra os tesouros que o tombeirinho escondia.

Perdeu-se assim, e para sempre, preciosa informação científica, e desapareceu um dos raros testemunhos de megalitismo existente na área da Terra Fria Transmontana.

Neste, como noutros casos, apesar da protecção jurídica que incidia sobre a mamoa, o responsável pela destruição irrevogável e definitiva da Mamoa de Donai, ficou impune.

O CASTRO DA SENHORA DO CABEÇO (NOGUEIRA – BRAGANÇA)

O povoado fortificado da Senhora do Cabeço, pertencente à freguesia de Nogueira, concelho de Bragança, foi citado pela primeira vez por Henrique Pinheiro, no seu trabalho intitulado "Estudo da Via Militar Romana entre Braga e Astorga", e depois sucessivamente por Celestino Beça, Albino Pereira Lopo, e Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal).

O castro foi implantado num cabeço proeminente, sobranceiro ao rio Fervença, situado a nordeste da aldeia de Nogueira. O cabeço é um dos cumes que domina a fértil depressão que se estende entre as aldeias de Nogueira, Formil, Gostei, Castro de Avelães e o aglomerado urbano de Bragança.

Ficava pois perto da Torre Velha de Castro de Avelães, o local da sede da Civitas dos Zoelas.

De acordo com os autores supracitados o sítio corresponderia a um castro ou povoado fortificado, com evidentes vestígios de ter sido romanizado, o que não surpreende, se tivermos em conta a proximidade da sede da *civitas zoelarum*.

Na visita que efectuamos à Senhora do Cabeço, a fim de comprovar os dados bibliográficos, verificámos, com surpresa, que o sítio tinha sido varrido do mapa.

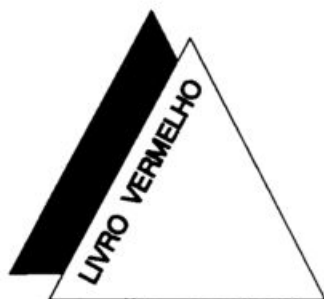
Muitos castros têm sido danificados pela abertura de caminhos, pelo roubo das pedras das muralhas, por construções modernas. Neste caso a destruição foi total. Na Senhora do Cabeço o solo foi removido em toda a superfície do monte, e até à rocha, para se fazer uma plataforma utilizada como campo de futebol. Outra plataforma, de menores dimensões, foi erguida a Norte, para aí se erguer uma construção de dois pisos, em tijolo e em cimento, que supomos ser uma estrutura de apoio ao santuário. Quanto a este, uma capela, elegante e harmoniosa, de traça barroca, ficou como que suspensa, com os alicerces à vista, de tal modo que foi necessário cimentar toda a base do pequeno templo.

Como é óbvio nesta operação todas as camadas relacionadas com o antigo castro foram revolvidas, pois que todo o solo aproveitável foi retirado até à rocha firme. Dispersos pela superfície do terreno, nas imediações da capela, e nas plataformas artificiais, observam-se pequenos fragmentos de tijoleira, telha e cerâmica comum romana.

O sucedido na Senhora do Cabeço, deve-se, estamos certos, ao des-

conhecimento em que estava o povo de Nogueira e entidades autárquicas, sobre o interesse científico do local.

Só a inserção de todos os sítios arqueológicos em Planos Directores Municipais, poderá evitar que acontecimentos do género se repitam, por todo o país.



FORTE DO MILHO

A estação arqueológica da Fonte do Milho, concelho da Régua, é um importante sítio, de inegável valor científico e cultural, e isto por vários motivos:

- 1) A norte do rio Douro é o conjunto de fortificações romanas melhor conservado.
- 2) O conjunto formado pelas muralhas e pelas ruínas intra-muros é de tal dimensão que proporciona por si mesmo, e sem restauros, um aproveitamento cultural imediato.
- 3) No caso de serem melhorados os acessos justifica um aproveitamento turístico.
- 4) Situa-se num local de grande valor paisagístico, com amplas perspectivas para o rio Douro, para os vales adjacentes e para a Serra do Marão.
- 5) É Património do Estado, pois que os terrenos foram adquiridos nos anos quarenta.
- 6) Está afecto ao IPPC, sendo um dos poucos sítios arqueológicos do Norte que dependem directamente do Instituto.
- 7) Tem sido objecto de inúmeras citações bibliográficas.
- 8) Produziu abundante espólio, aliás ainda por estudar de forma sistemática.
- 9) Foi objecto de escavações, e de várias campanhas de limpeza.

Por tudo isto se esperaria que a Fonte do Milho fosse objecto de especiais cuidados.

Pelo contrário.

O local encontra-se abandonado e coberto de mato. E já ocorreram

graves destruições que ficaram impunes.

O responsável pelas destruições foi um rico proprietário da região, que entrou indevidamente em terrenos públicos, a fim de alargar uma vinha, Com pesadas máquinas foram revolvidas muralhas, muros e espólio, numa extensa área, na zona oeste do monumento. Neste caso não só a zona de protecção foi violada, como também foi atingido o próprio monumento, e foram causados danos em Propriedade do Estado.

Como é costume o responsável pelos graves danos causados, apesar de identificado e da participação feita pelos Serviços de Arqueologia, ficou impune graças à tradicional negligência do Instituto Português do Património Cultural.

Considerando a reconhecida situação de impunidade, e o desinteresse manifestado pelo IPPC, e tendo em conta que o Castelo da Fonte do Milho se situa numa área em que os terrenos possuem grande valor (zona de vinha beneficiada), é legítimo incluir o local na lista dos sítios ameaçados, ou seja no Livro Vermelho.

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE SANTA MARTA DAS CORTIÇAS OU FALPERRA

154

O caso das ruínas arqueológicas de Santa Marta da Falperra, ou das Cortiças é um caso triste, e revela a habitual negligência das autoridades centrais e locais portuguesas face aos valores arqueológicos e históricos do país.

Para destacar o interesse científico deste sítio basta dizer que o topo do monte já revelou ocupações que se estendem da Idade do Bronze até à época paleo-cristã, passando pela Idade do Ferro e pelo período romano.

Covas abertas no saibro, lareiras, e cerâmicas de fabrico manual documentam a Idade do Bronze.

Na Idade do Ferro existiu no topo do Monte da Santa Marta um povoado fortificado, de que ainda se conservam troços de muralha e que proporcionou abundante espólio.

Do período romano exumaram-se muros e salas de um grande edifício e construções anexas, talvez uma villa de tipo semelhante à que ainda se conserva no cume do Monte Padrão, em Santo Tirso.

Da época paleo-cristã conservam-se os alicerces de uma basílica que fechava em ábside.



Ruínas da Estação Romana de Santa Marta da Falperra, destruídas em 1988

Todos estes dados foram apurados graças a antigas escavações levadas a cabo pelo Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e por Rigaud de Sousa, com o apoio da Câmara Municipal de Braga, e a trabalhos mais recentes (anos oitenta), dirigidos por Manuela Martins, com o apoio da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte.

Pois este sítio de raro valor científico e com ruínas que pelas suas características poderiam mesmo suscitar aproveitamento turístico, tanto mais que o local fica a escassos quilómetros de Braga e próximo do Bom Jesus, tem sido vítima de sucessivas destruições parcelares, é certo, mas não menos graves. Estas absurdas mutilações, a continuarem, terão como resultado inevitável a destruição total do sítio, a médio prazo.

Uma das doenças que afecta a Falperra decorre da repetida instalação de antenas, com conseqüente revolvimento das camadas arqueológicas e aniquilamento de muros. Já se instalaram antenas da Polícia de Segurança Pública, dos CTT-TLP, de Bombeiros, e de Rádios regionais ou locais.

Outro mal que afecta periodicamente as ruínas é o roubo de pedra,

aproveitada para a construção das casas da freguesia de Esporões.

Destruição gravíssima foi a perpetrada pelo Exército, pelo Regimento de Engenharia de Espinho, durante a abertura de uma estrada de acesso ao Santuário de Santa Marta, obra efectuada a pedido da paróquia. Os desastros arrasaram grande parte do edifício romano exumado pelos trabalhos de Arlindo Cunha e Rigaud de Sousa (ver fotografia).

Aliás na sequência da grave destruição ocorrida em 1988, o local foi visitado por altos funcionários do IPPC, sem que tivessem sido tomadas as necessárias medidas.

De facto as destruições têm continuado.

Por isso mesmo somos forçados a incluir a estação de Santa Marta da Falperra, no Livro Vermelho do Património Arqueológico Português.

VILLA ROMANA DA GRANJINHA (CHAVES)

O estudo do urbanismo romano, no nosso país, tem incidido mais sobre a cidade propriamente dita do que sobre a sua área de influência directa, ou seja os arredores. Supõe-se que no território adjacente às cidades do Noroeste Peninsular, como nos outros pontos da Hispânia, existiriam *villae*, em cujos *fundi* se produziriam alimentos essenciais para o abastecimento da urbe. O estudo dessas *villae*, é fundamental para se poder compreender a organização do território das urbes.

No caso de Acqua Flaviae há pelo menos um sítio que pode ser indubitavelmente identificado como *villa*. Trata-se da Granjinha.

De facto sob os alicerces das casas e da capela desta pequena aldeia dos arredores de Chaves, bem como nas hortas vizinhas, conservam-se muros e pavimentos de boa qualidade, em opus signinum. Antigos achados referem-se mesmo ao aparecimento de mosaicos. Durante obras recentes na capela foi descoberta uma ara votiva aos deuses tutelares do município, e as sondagens efectuadas no interior do templo produziram numerosos fragmentos de olaria, incluindo um fragmento de cerâmica paleo-cristã cinzenta.

Pois este local, devido ao facto de estar na área de expansão da actual cidade de Chaves, encontra-se ameaçado pela construção de casas, com a inevitável destruição dos solos arqueológicos e das estruturas.

Nestas circunstâncias torna-se imperioso definir uma área de protecção eficaz e realizar os trabalhos de salvamento que se justifiquem, de modo a obter o perfil crono-cultural desta *villa*.

AS MURALHAS DE BRAGA

A história dos sistemas defensivos que protegeram a cidade de Braga, ao longo dos séculos, desde a sua fundação, no final do séc. I a.C., está por fazer. Os dados arqueológicos seriam talvez mais abundantes e poderiam proporcionar indicações valiosas, em futuros estudos, se não fosse o sistemático aniquilamento dos vestígios que sobreviveram até ao século XX.

Os atentados mais notórios contra o circuito defensivo medieval ocorreram no século passado, e no princípio deste. Foram arrasadas as torres de S. Francisco e da Porta do Postigo. Em 1906 o município decidiu desmontar as torreões e muralhas que constituíam a Cidadela. Do conjunto apenas ficou a Torre de Menagem.

Os outros troços da muralha medieval conservaram-se protegidos pelas pequenas casas que se adossaram a face interna ou externa, num processo habitual em todas as cidades muradas e que se acentou a partir do momento em que o circuito defensivo deixou de ser operacional. Por sua vez a muralha romana subsistiu sepultada sob terraços de cultivo (na área sudeste da cidade de Braga, por exemplo), ou sob quintais sobrelevados, como por exemplo na rua da Cruz de Pedra.

Uma e outra pelas suas dimensões, massa e volume, constituíam estruturas, que a tecnologia tradicional preferia utilizar como ponto de apoio, de preferência a removê-las.

A partir dos anos sessenta, dispendo a construção civil de meios mecânicos poderosos, e devido à valorização do metro quadrado de superfície coberta, a tendência para desmontar e remover essas massas de pedra e terra generalizou-se e acentuou-se.

Estas destruições têm afectado quer os vestígios da suposta muralha romana, quer diversos troços das fortificações medievais. De uma modo geral o desmantelamento das muralhas passa despercebido, pois ocorre nos fundos de casas em restauro, como tem acontecido no Campo da Vinha, e na Rua da Cruz da Pedra.

O restauro do Centro Histórico da cidade não se pode limitar a aspectos de fachada, cêrcias e volumetrias. Mais importante que a manutenção do cenário tradicional é conservar a estrutura antiga da urbe, nos seus aspectos essenciais. Uma dessas estruturas básicas do Centro Histórico da cidade de Braga, ainda bem evidente, e perfeitamente legível na fotografia aérea e nas cartas topográficas, feitas nos anos sessenta, é o contorno das muralhas romanas (alto medieval?) e da Baixa Idade Média.

Porém se a sua conservação não ficar expressamente estabelecida no plano de urbanização de Braga, e no Regulamento de Edificações do Centro Histórico, o mais provável é que o processo de restauro das casas antigas acabe por apresentar uma componente negativa, ou seja a destruição das antigas muralhas e dos solos que lhe estão associados.

Apelamos pois para o Município, para os responsáveis do Centro Histórico, para os projectistas, e para os proprietários para que tenham em atenção a salvaguarda da antiga muralha da cidade.

CASTRO DE PALHEIROS (MURÇA)

O Castro de Palheiros é uma estação arqueológica de grande valor científico, por enquanto razoavelmente bem conservada, que visitámos em Julho de 1990. Apesar de um caminho de terra batida ter cruzado as muralhas, destruindo-as pontualmente, e de se ter extraído pedra em alguns dos seus troços, podem ainda observar-se duas linhas de defesa, instaladas em sucessivos patamares, que permitem delimitar com precisão a área interior. A posição geo-estratégica deste povoado fortificado, as suas dimensões, a forma como foi implantado num magestoso inselberg quartzítico, de cujo cume se dominam amplos trechos do vale do Tua, o próprio facto de ser um relevo que marca a paisagem, e que se avista de dezenas de quilómetros em redor, tudo isto confere ao Castro de Palheiros um valor excepcional, arqueológico e paisagístico. Além disso é um local onde se recolhem cerâmicas das Idades do Bronze e do Ferro, o que indicia uma longa ocupação.

Ora o vale e as vertentes que descem do cume deste castro para oeste estão a ser florestadas com o omnipresente eucalipto, trabalhando as poderosas máquinas afanosamente, como pudemos testemunhar.

E zonas circunvizinhas, nomeadamente as encostas do lado oposto, para nascente, só não foram pasto do eucalipto devido à oposição das gentes de Palheiros, segundo nos confidenciou um pastor que guardava um pequeno rebanho de ovelhas, junto à capela de S. Bartolomeu, no sopé nordeste do Castro de Palheiros.

Mais tarde ou mais cedo, o destino deste povoado fortificado, a menos que se tomem medidas, será igual ao de outros, como a conhecida Cidade de Bagunte (Vila do Conde), dilacerada por uma bela mata da polémica árvore australiana.

Mas mesmo que o Castro de Palheiros, em si mesmo, não seja sacrificado à pasta de papel, todo impacto paisagístico da sua área envolvente será alterado, ou melhor, está a ser.